1º Reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição

PLENÁRIA FINAL JUSTIÇA ELEITORAL

Integrantes da Rede de Priorização do Primeiro Grau no segmento — Justiça Eleitoral

Representantes da Justiça Eleitoral – Desembargadores, Juízes e Servidores

Alinhamento ao Plano Estratégico

Alinhar o plano estratégico dos tribunais aos objetivos e linhas de atuação da Política, de modo a orientar seus programas, projetos e ações

Indicador proposto	Descrição do indicador
Alinhamento Institucional (AIN)	Percentual de Tribunais que alinharam o planejamento estratégico aos objetivos e linhas de atuação da Política de Atenção ao Primeiro Grau
	AIN: Tribunais alinhados à política/Total de Tribunais

Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação
Participação efetiva do Comitê Gestor ou representantes na elaboração do Planejamento Estratégico	Garantir a atenção ao primeiro grau

Linha de Atuação Equalização da Força de Trabalho

Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos

Indicador proposto	Descrição do indicador
Não se aplica. Tendo em vista a dependência legal.	

Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação

Linha de Atuação Adequação orçamentária

Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias da primeira instância, bem como adotar estratégicas que assegurem excelência em sua gestão

Indicador proposto	Descrição do indicador
Não se aplica. Porquanto o orçamento é de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e baseado em número de eleitores.	
Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação

Linha de Atuação Infraestrutura e tecnologia

Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários

Indicador proposto	Descrição do indicador
Nivelamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no Primeiro Grau (NTIC1)	Percentual de Tribunais cujo primeiro grau atende ao nivelamento mínimo de TIC, conforme resolução do TSE. NTIC1) = Tribunais em que o primeiro grau atendem o nível de TIC /Total de Tribunais

Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação
Igualdade de acesso à TIC entre o 1º e 2º Graus	Paridade
Readequação do repositório de arquivos	Uniformizar/Padronizar
Adotar suporte técnico remoto do TRE para os cartórios	Redução de custos e celeridade
Participação do Comitê Gestor ou representante na definição da aquisição e da destinação da infraestrutura de TIC	Dar efetividade à Política

Governança Colaborativa

A participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais

Indicador proposto	Descrição do indicador
Índice de cumprimento da Resolução 194/2014 (art. 3º ao art. 7º)	Percentual de cumprimento da Resolução 194/2014 pelos tribunais no capítulo sobre "Governança", aferido a partir de metodologia de avaliação.
Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação
Possíveis ações relacionadas Composição de grupos de estudos com a participação de magistrados e servidores do 1º e 2º graus	Finalidade da ação Propor melhorias

Diálogo social e institucional

Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política

Indicador proposto	Descrição do indicador
Engajamento da unidade de comunicação na política (EICP)	Incentivar o diálogo com a sociedade e com as instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política.
	EICP = Número de ações de incentivo ao diálogo
Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação

Prevenção e racionalização de litígios

Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau

Indicador proposto	Descrição do indicador
Não se aplica. Em razão das diretrizes do CNJ	

Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação

Estudos e pesquisas

Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões

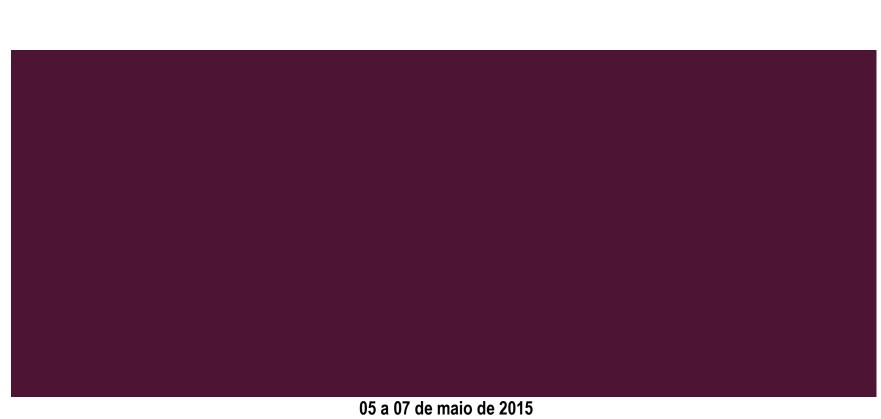
Indicador proposto	Descrição do indicador
Engajamento do Tribunal em estudos e pesquisas quanto ao funcionamento da Justiça Eleitoral (ETEP)	Percentual de Tribunais que promovem estudos e pesquisas integradas para o aprimoramento da Administração da Justiça Eleitoral
	ETEP = Número de Tribunais promotores de estudos e pesquisas no período /Total de Tribunais

Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação
Providenciar questionários dirigidos aos magistrados, servidores e ao público em geral, sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral	Diagnosticar as deficiências do funcionamento da Justiça Eleitoral no 1º grau; Avaliar o grau de satisfação do eleitor
Elaboração de manual de práticas cartorárias	Aprimorar o funcionamento da Justiça Eleitoral no 1º grau; Padronizar os procedimentos do 1º grau Otimizar as atividades cartorárias

Formação continuada

Fomentar a capacitação contínua de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição

Indicador proposto	Descrição do indicador
Índice de adequação das capacitações às demandas de formação de competências do primeiro grau (IAC)	Mede o grau de aderência das capacitações realizadas às necessidades identificadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação da Unidade
	IAC = Número de capacitações realizadas/número de cursos de capacitação identificados no levantamento e necessidades
Possíveis ações relacionadas	Finalidade da ação
Realização de Cursos EAD de práticas cartorárias e da legislação eleitoral	Aperfeiçoamento de magistrados e servidores do 1º grau
Gravação de palestras e cursos realizados no Tribunal para disponibilizar para todos os servidores do 1º Grau	Reduzir custo e celeridade na disponibilização da informação.



05 a 07 de maio de 2015 ESMAF – Brasília/DF